



## O NOVO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL: reiteraões e conformações dos intelectuais do capital para a Política de Educação Superior

Milena Gomes de Medeiros<sup>1</sup>

### RESUMO

O objetivo deste texto consiste apreender os determinantes que conformam a Política de Educação Superior, a partir de uma análise do processo de formação sócio histórica brasileira, que nos oferece elementos, para a apreensão dos processos forjados na construção de várias concepções da ideologia desenvolvimentista, entendida como diretriz na condução dos processos econômicos e políticos, e responsável pela necessária constituição, a cada novo contexto, de novos intelectuais, organismos e institutos de pesquisa, para a formulação de novas e reiteradas concepções desenvolvimentista para o país.

**Palavras-chaves:** Estado. Educação Superior. Desenvolvimento.

### ABSTRACT

The aim of this paper is to apprehend the determinants that shape the Politics of Higher Education, from an analysis of the historical process of formation Brazilian partner, which offers elements for the seizure of forged processes in the construction of various conceptions of developmentalist ideology, understood as a guideline in the conduct of economic and political processes, and responsible for the constitution required, each new context, new intellectuals, organizations and research institutes, to formulate new concepts and developmental repeated for the country.

**Keywords:** state. Higher Education. Development.

---

<sup>1</sup>Estudante de Pós-Graduação.  
milena@medeiros@yahoo.com.br



## 1- Os termos da questão

O objetivo deste trabalho centra-se, na busca dos determinantes que conformam a Política de Educação Superior, a partir de uma análise do processo de formação sócio histórica brasileira, que nos oferece elementos, para a apreensão dos processos forjados na construção de várias concepções da ideologia desenvolvimentista, entendida como diretriz na condução dos processos econômicos e políticos, e responsável pela necessária constituição, a cada novo contexto, de novos intelectuais, organismos e institutos de pesquisa, para a formulação de novas e reiteradas concepções desenvolvimentista para o país.

Desta maneira, entendemos que no decorrer da formação sócio histórica do Brasil e de forma mais acirrada, no contexto pós os anos de 2004, com o governo Lula, e atualmente sob a direção ideopolítica do governo Dilma, é que a perspectiva do “crescimento econômico com desenvolvimento social”, aparece nas formulações e diretrizes das políticas governamentais, em especial, na Política de Educação Superior, fomentando, assim, um amplo projeto de reforma moral e intelectual, que responde as necessidades ideopolíticas/culturais e econômicas do capital internacional, que vem travejado de consequências desastrosas pós a implementação do projeto neoliberal, ainda em curso, que traz desta maneira, implicações regressivas para a produção crítica do conhecimento, na demanda de um novo perfil de trabalhador que responda as novas necessidades do capital, no processo intenso de precarização das relações e condições de trabalho sob a superexploração, sem falar, na exigência da acirrada produtividade nas universidades públicas do Brasil, que vem acarretando, tempos difíceis e neoconservadores, para o exercício da docência, em particular no âmbito do Serviço Social.

Neste interim, compreendemos que a política de Educação Superior no Brasil, traz a concepção “desenvolvimentista” ao longo de sua constituição enquanto política de governo, advindo expressivamente, nas diretrizes econômicas das programáticas do Estado, que, especialmente, nos anos de 2004, com o Governo Lula, toma uma expressividade ainda mais nítida, na forma deste governo conduzir esta política, apesar de alguns teóricos<sup>2</sup> questionarem esta afirmativa que trazemos ao

---

<sup>2</sup> Ver Reinaldo Gonçalves (2011), no texto: Governo Lula e o Nacional- Desenvolvimentismo às Avessas. In: Revista do Conselho Federal de Economia. Desindustrialização: o debate sobre o caso Brasileiro.



longo do texto, pensamos, que a partir deste contexto, a política de Educação Superior, vem sendo associada, a partir das diretrizes neo desenvolvimentistas e compatibilizada com um tipo de inserção no mercado de trabalho de forma insegura, flexível e precarizado. Nesta direção, entendemos que a Educação, tem uma funcionalidade de cunho político ideológico, quando, dentre várias funções, age na tentativa de obter o consenso, pela via da proliferação de ideias que, consagram uma suposta democratização da educação qualificadora para o mercado flexível de trabalho, posta como pressuposto, para uma suposta socialização dos dividendos do crescimento econômico, como também o cumprimento das exigências formuladas pelo Banco Mundial (BM), para restabelecer o crescimento econômico e o dito desenvolvimento social, exigidos para os países dependentes/periféricos, como o Brasil, na atual fase de construção do novo projeto de desenvolvimento pela via do consenso no âmbito da classe trabalhadora. Que, alias não deixa de estar permeado, com os regressivos traços do nosso passado colonial/arcaico/autoritário/ e contra-revolucionário, sob bases neoliberais.

Assim, com o processo de implementação das diretrizes da política neoliberal de estabilização macroeconômica, de ajuste fiscal, controle da inflação e suas consequências barbarizantes, quando pensadas, no aumento avassalador do desemprego, e das desigualdades sociais, com a amplitude observada pelos altos índices de miséria, e pobreza, que fez ganhar entre os trabalhadores, uma potencialidade de “revolta/rebeldia”, materializadas, em muitos movimentos de trabalhadores/as, diante de suas condições objetivas/subjetivas. Nesta direção, os organismos internacionais, como BM, CEPAL, FMI, ONU, identificam que o consenso político de Washington de “globalização dos mercados”, e da “boa governança”, não estava mais alinhado os ideias do capital e a conformação/consenso entre os trabalhadores, assim, empreitam em uma saga, na busca de uma nova forma de consenso político e ideológico que fortaleça seu projeto de classe, dada as consequências desastrosas da política neoliberal. Assim, de um lado, lançam-se, os programas de transferência de renda, como possibilidade aberta de reprodução material da força de trabalho e sua adesão voluntária ao novo projeto hegemônico, por outro, apostam no circuito da dita democratização do ensino, no intuito de construir uma nova reforma moral, intelectual e cultural, nesta nova força mercantil de trabalho,



e por último, laçam a ideia do necessário aumento nos investimentos do aparato repressivo, como forma de proteção da violência urbana. Processo este, disseminado pela mídia, como uma alternativa, estritamente urgente e necessária, do Estado, assumir a segurança pública, e assim, fazer desta necessidade, uma prioridade de seu governo. Nesta direção, o atual contexto, tem demonstrado, cada vez mais, uma das funcionalidades do Estado, no que se refere, ao seu direcionamento pela mediação de ações penais e assistenciais, corriqueiros no Brasil, na dinâmica capitalista, ao transformar as respostas das sequelas da questão social, em caso de repressão policial, às vezes de forma velada, como vem acontecendo com a instauração das unidades pacificadoras (UPP's) no Rio de Janeiro, ou no aumento do encarceramento, sobre condições sub-humanas, como forma de assegurar a dita preservação da vida dos indivíduos, numa sociedade que reproduz constantemente a violência sobre várias dimensões.

Assim, qualificamos que diante este processo, há uma incessante busca por uma nova direção ideopolítica (hegemonia), diante das transformações promovidas pela barbarização do capitalismo no século XXI, que no Brasil, se apresentara em tempos, ritmos e tons diferenciados. E para que isto, tenha efetivação, fez-se, necessário a implementação de institutos, e organismos de pesquisa – construções, estas, que acompanharam, de diferentes formas, a história do Brasil – como também, de novos ideólogos/intelectuais do capital, que construíssem e socializassem novos valores e ações estratégicas, indicando a construção de novos conceitos, categorias e significados, possíveis, para compatibilizar crescimento econômico com desenvolvimento social, humano e ambiental, ou seja, a construção de uma nova ideologia do desenvolvimento para o país, que no final, os frutos poderiam, ser compartilhados com a toda a população. Traço este, que se repõem como característica recorrente na nossa formação sócio histórica, no decorrer dos processos sócio históricos, mas que não tem demonstrando, uma ampla socialização do trabalho assalariado, estável, seguro e com seus direitos dele decorrentes, mas um processo dialético de contradição e negação combinados com trabalhos flexíveis, precarizados, informais, e arcaicos/artesanais/ familiares, nesta nova fase de acumulação do capital por espoliação.



Combinados com estes elementos, pontuamos que, no que se refere as implicações, deste processo para a classe trabalhadora, indicamos, a busca de um novo perfil de trabalhador, que atenda as necessidades do novo contexto do capitalismo flexível, e que para isto, novas competências e habilidades, são exigidas para tal resposta, assim, como também a necessária, captura da subjetividade, a partir da negação de seus referenciais revolucionários, que são transfigurados, para uma transformismo conciliatório, não contestatório, e empreendedor.

Torna-se, neste, contexto, importante, que novos conhecimentos sejam formulados e /ou reformulados, para atender a esta conjuntura do capital. Assim, pontuamos que este processo rebate na produção do conhecimento nas universidades de forma extremamente regressiva, trazendo toda uma lógica do produtivismo econômico para as relações acadêmicas e pessoais, com atreves de análises, estritamente matematizadas, quantitativamente descritas e a críticas, sem nenhuma menção a busca dos determinantes ontológicos dos fenômenos. Assim, torna-se, compatível, com esta realidade, a busca de uma nova formatação, finalidade, concepção e gestão do ensino nas universidades, como por exemplo, a proliferação de unidades de ensino na modalidade á distancia, no aumento das universidades privadas, que recebem o incentivo e o financiamento, pela via dos recursos públicos para a instalação e manutenção destas unidades, concretizando, as históricas parcerias entre o público e o privado. Já no âmbito das relações e condições de trabalho, pontuamos relações precarizadas e flexíveis no circuito universitário, como também, na forma do controle operado por estas instituições com relação às avaliações quantitativistas dos docentes e dos discentes.

E desta maneira, forja-se, uma demanda, no âmbito destas condições e relações precarizadas, que traz a necessidade de um novo tipo de formação profissional, que atenda os requisitos de um tipo de força de trabalho, compatível com o desenvolvimento e acumulação do capital, em plenos anos 2000 do século XXI, que vem impactando na vida e trabalho dos milhares trabalhadores, dentre eles, os docentes, e em especial, os profissionais de Serviço Social, tornando-se necessário, exercitar a nossa critica teórica e politica diante das questões postas atualmente.



## 2- O desenvolvimentismo no âmbito das Políticas de Educação Superior e a nova funcionalidade dos intelectuais do capital no Brasil

Longe de esgotarmos todas as determinações<sup>3</sup> que comparecem na processualidade<sup>4</sup> imanente, dialética e histórica das contradições do processo de desenvolvimento<sup>5</sup> no Brasil e seus direcionamentos para a educação superior, ainda que sumariamente, ressaltamos que estes determinantes, conformam uma totalidade de acontecimentos, que devem ser pensados dialeticamente, de um lado, postos pelas condições e relações com os países centrais, que determinaram diretrizes para a condução dos processos políticos e econômicos no Brasil, como também, dada a peculiaridade nacional, que reservou algumas particularidades distintas dos acontecimentos internacionais de revolução burguesa, forjou-se, no país, a depender do contexto histórico e das necessidades econômicas, a construção de vários projetos políticos e ideológicos, conduzidos para/no processo de dominação e direção do capital internacionalizado nos moldes brasileiros. Reservando, nestas condições, a formação de um capitalismo periférico/dependente, com processos conduzidos pelo alto, e contra revolucionários.

A partir deste direcionamento, consideramos que, as concepções ideopolíticas<sup>6</sup> também, vão se transformando, a depender das conjunturas

<sup>3</sup> Segundo Netto (2009, p.685) as determinações “são traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade [...]. É um momento essencial constitutivo do objeto [...]. As determinações mais simples estão postas no nível da universalidade; na imediaticidade do real, elas mostram-se como singularidades- mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade”.

<sup>4</sup> Ou seja, refletir esta temática significa articular dimensões, tanto econômicas, políticas, ideológicas e situações, postas por condições objetivas e subjetivas que estamos submetidas nos diversos espaços da vida social, compreendendo assim, como os indivíduos se movimenta para o atendimento de suas necessidades e de “como essas condições promovem ou obstaculizam, no tempo presente, o desenvolvimento da individualidade e a formação do sujeito profissional, em sua expansão individual e coletiva”, (SANTOS, 2010, p.696).

<sup>5</sup> Há que ressaltamos que, dado o grau de desenvolvimento e complexidade das forças produtivas e das relações sociais, amplia-se, a necessidade, de uma força de trabalho, cada vez mais escolarizada para atender as necessidades de acumulação do capital, (BRÉTTAS, 2010).

<sup>6</sup> Referenciamos que a categoria ideologia, que será um dos eixos primordiais para a análise, no que se refere a análise da conformação das ideologias do desenvolvimento no Brasil, sem é claro, desconsiderar a complexidade das relações entre as dimensões da economia e da política. Na concepção de Mészáros (2005) a ideologia não pode ser pensada a partir de algo ilusório, nem de superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas, esta se constitui como uma forma específica de consciência social, com uma materialidade posta em vários elementos da realidade. Segundo Mészáros (2004, p.67): [...] as principais ideologias levam a marca muito importante da formação social cujas praticas produtivas dominantes elas adotam como definitivo quadro de referencia. E assim, se estende para a filosofia, teoria social, arte, entre outros dimensões.



econômicas, sociais, políticas e culturais de cada formação sócio histórica. Ressaltamos isto porque, entendemos que apesar do Brasil, ter conduzido seus processos de acumulação/modernização e dominação burguesa<sup>7</sup> pelo alto, ou nas palavras de Lenin<sup>8</sup> pela “via prussiana”, ou nas palavras de Gramsci com “revolução passiva” (2000) em que se presenciou a universalização do projeto político da classe burguesa, tivemos aliado a este processo o estabelecimento de concessões e consenso, quando necessárias à classe trabalhadora, para que, seu projeto de poder político e a construção de um novo Estado fosse possível.

Todavia, além destes acontecimentos, fazerem parte da nossa formação, temos particularidades históricas, que nos conferem uma singularidade própria diante destes acontecimentos mais gerais. Exemplo disto, advém da nossa formação colonial/ escravista, como também, o espraiamento, até hoje, da condição de países dependentes e de economia periférica, de industrialização tardia e de revoluções pelo alto, que em muitas conjunturas, foram aliadas à busca pela implementação de consensos ideopolíticos via políticas sociais/econômicas e educacionais, no desígnio da construção de uma nova racionalidade<sup>9</sup> moral e intelectual dos trabalhadores na adesão aos processos de dominação capitalista. Ou seja, não bastava só a força repressiva do Estado<sup>10</sup> burguês, mas, era necessário, aliar, o movimento de outras determinações, como a processualidade dos “direcionamentos/ e ou redirecionamento”

---

<sup>7</sup> Penso que não podemos transplantar os acontecimentos ensurdecidos pelo capitalismo nos países centrais, estendendo para todas as formações sócio históricas. Devemos entender, que estes acontecimentos guardam e determinam elementos da trama capitalista geral, mas que existem particularidades que são forjadas em cada realidade sócio histórica. Assim, entendemos que a burguesia, enquanto abstração, só pode ser conhecida, no momento em que investigamos suas particularidades em cada formação sócio histórica.

<sup>8</sup> Estas categorias de via prussiana, ou revolução passiva, foram construções que objetivam analisar as condições de dominação e direção política burguesa na Alemanha, Itália.

<sup>9</sup> Este categoria foi muito bem trabalhada por Mota (1995).

Para Alves (2011) um dos elementos explicativos desta nova racionalidade, é a transformação desejada e operada na consciência dos indivíduos em uma nova visão de mundo, baseada na inevitabilidade das mudanças em curso, em que tende ocultar a dimensão histórica das coisas.

<sup>10</sup> Entendo que o Estado, que é de classe, tem uma funcionalidade no sistema capitalista, a depender das necessidades conjunturais do capital. Constitui, desta forma, um complemento das ações políticas do capitalismo. Nas palavras de Mézaros (2009, p.104-125), “o Estado moderno, atua como um complemento, como uma forma de estrutura totalizadora de comando político do capital, ou seja, a sua formação é uma exigência para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema”. É justamente nos momentos de crise que o Estado também é afetado, no sentido se redirecionar sua ação reguladora, constituindo-se assim, como “a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sócio-metabólico. Assim, sua função é retificar [...] a falta de unidade em todos os três aspectos. Estes que são: produção, circulação e consumo”. Nestas esferas a presença atuante do Estado, será uma necessidade e pré-condição para o funcionamento do sistema do capital.



pela via da busca hegemônica<sup>11</sup>/consenso, a depender da conjuntura, delimitando, se mais ou menos consenso, na condução da acumulação e dominação do capital.

Dito isto, pontuamos que no decorrer de cada contexto sócio histórico, a política de educação superior é forjada a partir das concepções desenvolvimentista e ou neodesenvolvimentista, no Brasil, com o intuito de preparar a força de trabalho para responder as necessidades do mercado competitivo capitalista. Ou seja, não bastava o desenvolvimento econômico via os processos de industrialização intensiva, abertura do capital internacional, ou ainda, na atualidade com os processos de reforma do Estado e de suas políticas, mas, a conformação de um “capital humano<sup>12</sup>” direcionado econômico e ideologicamente para a efetivação dos projetos burgueses no país, a partir da introdução de conhecimentos e valores compatíveis com os anseios dos processos capitalistas que desta forma, consegue, universalizar, uma dada concepção particular de mundo burguês.

Nesta direção, pontuamos, que para que, a burguesia brasileira pudesse conduzir-se, de fato, como uma classe dirigente, não bastava, apenas, ter sob seus domínios os processos de crescimento econômicos, ou ainda a histórica via repressiva que sempre utilizará no âmbito Estatal, mas, identificou-se, ao longo da história das lutas e conflitos de classe, que para esta classe manter-se, na direção dos processos de dominação, necessitava-se, a construção de consensos políticos e ideológicos, para dá o tom do direcionamento burguês, que, aliás, são conduzidos e socializados pelos intelectuais/ideólogos do capital, que tem a tarefa de trazer para o projeto burguês o maior número de adeptos/consentimentos, a sua forma de dominação econômica/política.

---

<sup>11</sup> Segundo Coutinho (2010) citado por Mota et all (2010, p.18) diz que: [...] uma relação de hegemonia é estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum, naquela concepção de mundo [...], que orienta muitas vezes sua plena consciência- o pensamento e a ação de grande massa de mulheres e homens. Assim, acreditamos, entretanto, que esta captura hegemônica/consensual, não acontece, sem resistências e lutas cotidianas diárias, mesmo que para alguns estudiosos, esteja se dando de forma tênue.

<sup>12</sup>Há que ressaltarmos, que as instituições formais de educação, no caso específico das universidades, institucionaliza seu papel quando, constrói uma rede de consensos ideopolíticos em prol do capital. Claro que não significa que a educação tenha um caráter estático, desconsiderando a luta de classes, mas, está submetida ao âmbito dos conflitos e disputas de classes. Lima (2007), citado por Brettas (2010, p.19) “resume o processo de difusão do projeto burguês feita pelos organismos multilaterais em três áreas temáticas fundamentais: o binômio pobreza-segurança, a noção de público não estatal e educação inclusiva”. Portanto, indicamos que é partir destes eixos que a política de educação neodesenvolvimentista no Brasil postos pelos organismos internacionais forjará seu processo de constituição e desenvolvimento.



Ou seja, estes ideólogos, ou nas palavras de Gramsci (2000) intelectuais, ao longo da divisão social do trabalho, tem a função de elaborar, pensar, organizar e socializar as concepções de mundo, de acordo com cada período histórico. Nas palavras do autor:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político, (GRAMSCI, 2000, p.15).

Sendo necessário como nos afirma Gramsci (2000), não só construir seus próprios intelectuais que irão elaborar e socializar sua concepção de mundo, mas cooptar outros intelectuais chamados por ele de tradicionais (padres, educadores, filósofos), na tentativa de conformar e universalizar para toda a sociedade seus valores burgueses.

Neste ínterim, identificamos, que, no decorrer da história do Brasil, os ideólogos, como também as várias instituições de pesquisas criadas na trajetória brasileira, foram se transformando para atingir os objetivos capitalistas.

Assim, consideramos que a função do novo intelectual, orgânico na dinâmica da sociedade é a conquista da hegemonia, não podendo mais consistir na nos ímpetus da 'emoção', mas na interpretação entre conhecimento científico e ação política. Tal intelectual deve ser um organizador e educador permanente. A interconexão, portanto, no mundo do trabalho, com o universo da Ciência, com as humanidades e a visão política de conjunto formam, em Gramsci, o novo princípio educativo e a base formativa do intelectual orgânico, (VALE 2012).

Desse modo, novos ideólogos do capital, ensaiam responder o acirramento das propostas neoliberais, na tentativa de construir uma nova pragmática, que não significa de modo algum, abandonar as orientações neoliberais, pelo contrário, as expande, donde que [...] o novo reside no fato de a burguesia não mais querer nem poder exercitar pelo alto seu poder. Para universalizar a sua ordem, é necessário formar uma cultura geradora do consentimento das classes – isto é, constituidora de hegemonia, (MOTA, 1995, p. 47). E assim, [...] passam a perceber que a ortodoxia neoliberal ao defender tão arraigadamente os valores do “livre mercado” e da “governança corporativa” subestimou os elementos de consenso político e ideológico



que devem acompanhar todo o processo de mudanças sociais, (MARANHÃO, 2009, f. 218). Esta cultura será geradora de uma reforma intelectual e moral, que atenuará os conflitos entre as classes, obtida pela via da interiorização de novos valores fetiches<sup>13</sup> e competências profissionais, advindas do processo reformista da educação, para que assim possam atender o receituário das propostas dos organismos internacionais na obtenção do crescimento econômico, diga-se, busca expansão/acumulação de capitais, compatibilizado com o desenvolvimento social/equidade e justiça social. Este processo poderá ser materializado através das avaliações de indicadores como renda, expectativa de vida e “ativos educacionais<sup>14</sup>”. Ou, sejam, apregoam estimular o desenvolvimento das capacidades humanas<sup>15</sup>, e que dentre as várias alternativas, a educação conseguirá realizar muito bem, este papel. Neste interim, lança-se, como resposta mais “um mito<sup>16</sup> fetichizado” na resolução dos problemas sociais.

Assim, acreditamos que a Educação Superior tem uma funcionalidade diante deste processo, ao conseguir de um lado, formar mão de obra para o processo de produção mercantil capitalista, como também, a depender de sua fundamentação filosófica, legitimar, direcionar política e ideologicamente os indivíduos na trama do consenso capitalista, que sempre divulgou que os ganhos civilizatórios/democráticos dos processos de crescimento econômico seriam socializados com a classe trabalhadora, algo que ainda não identificamos plenamente, dada os intensos processos regressivos que acompanham a trama destas relações. Pela mediação destas concepções a educação superior, no contexto do neodesenvolvimentismo, traz a ideia da socialização democrática do acesso e sua imediata introdução no mercado de trabalho, desde que financiada e sob um esforço individual, mas não universaliza para todos/as a real intenção em que se processam as condições e relações de trabalho destes sujeitos que serão incorporados. Ou seja, segue-se, o atual direcionamento da produção e reprodução flexível, a partir de relações terceirizadas, informais e precarizadas.

---

<sup>13</sup> Termo utilizado por Giovane Alves (2011), em que o autor, se refere a valores mercantis/interiorizados de forma consensual, que vem permear a linguagem, e os conceitos, buscando formar o novo homem produtivo ao capital.

<sup>14</sup> Estes indicadores conformam o chamado índice de Gini, que mensura a desigualdade renda/riqueza.

<sup>15</sup> Esta ideia foi trabalhada pelo Indiano e economista Amartya Sen.

<sup>16</sup> Outra forma de mito que, podemos citar foi o trabalho realizado por Mota (2006), que diz que foi dada a política de assistência social, uma centralidade na proteção social brasileira, ao passo de considerá-la, como a política estruturadora das relações sociais, que antes, este papel cabia ao trabalho.



De forma resumida partimos da seguinte premissa: os processos de constituição, desenvolvimento e direção da dominação burguesa no Brasil, foram acompanhados por um intenso processo, a depender das conjunturas históricas, de constituição de “pactos” entre as várias forças da sociedade Brasileira e do capital, ao longo do tempo, compatibilizando as mais diversas propostas e forças sociais, que muitas vezes reiteirava aspectos do passado, imbricam-se, corriqueiramente entre momentos de farsa e tragédia. Assim, entendemos que as novas promessas e alianças entre várias forças sociais, seja do capital, ou de lideranças da classe trabalhadora, postas hoje, objetivam a construção, diante das consequências da destruição capitalista das forças da natureza e da humanidade, de um novo “mito do desenvolvimento e progresso” para o país, utilizando-se, para tanto, a mediação ideopolítica de construção e socialização de novas estratégias reiterantes da política de consenso, construídas pela via das políticas compensatórias de transferência de renda e da democratização do ativo educacional. Ou seja, a perspectiva do neodesenvolvimento, posta atualmente para os países periféricos/ dependentes é colocada sobre novas bases, leia-se neoliberalismo, e concepções, na projeção de um crescimento econômico sustentável, desenvolvimento social, leia-se programas compensatórios e sustentabilidade ambiental.

Para uma exposição qualificada e esclarecedora, pensamos e estruturamos o texto da seguinte forma: No primeiro item discorreremos sobre os objetivos e nossa premissa de trabalho. No momento seguinte, trazemos como a ideologia do desenvolvimentismo acompanhou os processos sociais de modernização do Brasil, e como a educação respondia, a depender dos contextos históricos, as necessidades de desenvolvimento econômico do País. No último item, pontuamos as nossas considerações finais, com o auxílio de algumas mediações para deslanche desta e de outras discussões.

Esperamos assim, que este ensaio, possa instigar pesquisadores e acadêmicos, não só do Serviço Social, na arte investigativa de apreender as determinações do sistema capitalista, que vem provocando mudanças deletérias em todas as dimensões da vida social, como também, nas propostas e condições postas de um novo desenvolvimento no Brasil, e suas conformações implicativas para a Política de Educação Superior.



### 3-Conclusão

Ao final deste ensaio, concluímos que ao longo do processo de consolidação e socialização da dominação burguesa, construiu-se, a cada contexto sócio histórico, um tipo de ideologia que conformou, tanto sua dimensão econômica, quanto seus processos de obtenção do consenso, a depender, se mais ou menos, com ou sem coerção, necessária para o desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, construindo, desta forma, sua acumulação/dominação via processos heterogêneos, associados e combinados com o conservantismo político, pelos enlaces com o capital internacional, e com as oligarquias agroexportadoras e oligopólios financeiros, gerindo processos de dominação pelo ato, e contrarrevolucionários.

Ou melhor, o projeto burguês de desenvolvimento capitalista no Brasil, de um lado, se deu, a partir das divergências das forças sociais que queriam o direcionamento deste desenvolvimentismo, de outro lado, este mesmo processo foi posto de forma coercitiva, no bojo da autocracia burguesa, e hoje, para que se efetive este novo desenvolvimento, esta em curso um novo rearranjo ideológico político na obtenção do consenso/ direção do projeto político burguês ante a classe trabalhadora.

Em meio a esta afirmação, ainda estabelecemos a funcionalidade da educação nos processos de construção e socialização dessas ideologias que conformaram nossas mediações universais: o clientelismo, relações autoritárias, os processos reformistas e consensuais obtidos ao longo da histórica formação das condições e relações burguesas no Brasil.

Nesta assertiva, entendemos que a política de educação tem explicitamente/e ou implicitamente uma fundamentação filosófica/ideológica que permite compreendê-la, apontando ou não, suas possibilidades e limites, a depender da intencionalidade de quem a conhece e o que se pretende, como também a função social dada pelas condições sócio históricas. Assim, entendemos que a mesma, alude uma concepção de mundo, homem, de produção de conhecimento, de relação entre teoria-prática, que vem hoje, sendo formulada sob o rotulo do imediatismo, pragmatismo, e da (re) atualização matematizada da ciência consagrada por vícios tecnicistas e conservadores no arcabouço da construção e socialização de uma universidade operacional. Se entendermos isto, veremos que a propagação de uma educação inclusiva e democrática, posta pelos ideólogos do capital internacional e



nacional, nada mais expressa, do que um apelo ético-político, que muito parecem anunciar uma profunda oposição à ordem atual vigente, mas que, de fato, não atinge as suas raízes profundas, pois estes enunciados e conceitos elaborados não apontam, para além do capital, se integram a ordem vigente, extraviando a possibilidade de uma consciência crítica.

Desta maneira, acreditamos que se está construindo pela via da educação a formação de um 'capital humano' nacional, educando para o consenso, e para isto, destinam-se, a angariar recursos provenientes das parcerias com o sistema financeiro privado, além da estratégia da retomada da conquista hegemônica. Assim, as políticas educacionais neodesenvolvimentista, associadas a outras políticas de combate a pobreza, são assim, apreciadas como o melhor caminho para a promoção da "equidade social", como bem, explicitam os social-liberais, mas, que, na verdade, vem representando, uma nova "onda" neoconservadora transvestida de ideais democráticos e cidadã com uma tonalidade tecnocrática, como, se, estas questões, não passassem pela luta dos projetos de classe.

Diante dos processos reformistas da educação que temos vivenciado, nos é colocado, enquanto docentes pesquisadores, uma tarefa primordial, mas não menos complexa dadas as condições regressivas atuais, ao repensar a construção deste processo educativo, redirecionando a partir da edificação de seus referenciais teóricos metodológicos, que possam verdadeiramente abordar a complexa relação entre a emancipação política e o horizonte da emancipação humana e assim a reflexão sobre estas questões pontuadas no decorrer do texto, não cairá em uma análise estritamente técnica, orçamentaria e /ou reificada da educação, das condições e relações de trabalhos, competências demandas para os docentes, pois entendemos que a docência, mesmo com suas particularidades, é um espaço de intervenção e pesquisa profissional, que requer um projeto profissional, como guia efetivo de suas ações, "por isso, ousar na luta pela desmercantilização das diversas esferas da vida social (educação, saúde, recursos naturais) segue como estratégico para uma sociedade emancipada e igualitária" (LEHER, 2005, citado por Brettas, 2010, p. 13).

Assim, entendemos que o nosso compromisso com a educação, deve ser com uma formação crítica, de qualidade, laica e presencial e não uma formação que



(des) qualifica para o mercado selvagem de trabalho, apesar de todos os limites objetivos e subjetivos que nos são colocados diariamente.

#### 4- Referência

ALVES, G. Trabalho e Subjetividade – O “espírito do toyotismo” na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

BRETTAS, Tatiana. A Mercantilização no Ensino Superior: uma análise da ‘Reforma’ Universitária no governo Lula. In: Serviço Social na contra corrente: lutas, direitos e políticas sociais. Fernanda Marques de Queiroz, Gláucia Helena Araújo Russo, Sâmya Rodrigues Ramos (org). Mossoró/RN. Edições UERN, 2010.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. In: Cadernos do cárcere. Vol 3. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2000.

LUKÁCS; G. Ontologia dell’Essere Sociale. Roma:Riuniti, 1976-1981.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MARANHÃO, Cezar Henrique. O “novo” ciclo ideológico do desenvolvimento: a reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil. 2009. 374f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE.

MÉSZÁROS, Istvan. Para Além do Capital: Rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1ªed. São Paulo, Editora da UNICAMP/Boitempo Editorial, maio de 2002.

\_\_\_\_\_. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. A Crise Estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. do; PERUZZO, J. F. In: MOTA, A. E. (org). O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina In: As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social. Recife: editora universitária UFPE, 2010.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético político profissional. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2010, p.695-714.

VALE, Sobral Erlenia . A reprodução do ideário neoliberal no cotidiano acadêmico: reiteraões e resistências do trabalho docente na UECE. Recife, 237 folhas, 2012. (Tese de Doutorado)